

A NATUREZA SOCIAL DO DISCURSO GEOGRÁFICO

THE NATURE OF SOCIAL GEOGRAPHIC SPEECH

LA NATURALEZA SOCIAL DEL DISCURSO GEOGRÁFICO

ALEXANDRINA LUZ CONCEIÇÃO¹

Resumo: Este texto objetiva refletir sobre as fronteiras e delimitações do pensar geográfico nos diferentes discursos das ciências sociais. Pensar o pensamento geográfico a partir de estruturas construídas no contexto histórico em que prescrevem as ideologias, na configuração das concepções teóricas dos sujeitos que discursam. A análise proposta tem como fundamentos a teoria e o método do marxismo e da filosofia da linguagem, sustentados na análise do discurso de Michael Bakhtin. Objetiva-se, assim, aferir que todo discurso tem uma estrutura polifônica, estando simultaneamente na dimensão diacrônica/sincrônica, inscrito em diversos tempos históricos, já que a natureza do enunciado é social, e não individual, e esta não existe fora de um contexto social. Todo discurso tem, no seu enunciado, a posição de uma classe social. Ao posicionar-se o discurso (desde que nele não haja neutralidade), este é feito em nome de uma classe social, portanto, todo discurso assume a tensão de um objeto que deve ser exposto por um sujeito em múltiplos sujeitos que o representam.

Palavras-chaves: pensamento geográfico, natureza social do discurso, signo dialético, polifonia do discurso, método.

Abstract: This paper objective to think about the boundaries and delimitations of geographic thinking in different approaches of the social sciences. Thinking about geographic thought from structures built in the historical context in which prescribe the ideologies, the configuration of the theoretical concepts of the subjects speeches. The proposed analysis is based on the marxism's theory and method and the philosophy of language sustained in the analysis of discourse by Michael Bakhtin. The objective is to ascertain that all discourse has a polyphonic structure being simultaneously in diachronic/ synchronous dimension enrolled in various historical times, the nature of the enunciation is social and not individual, it does not exist outside of a social context. All discourses has in its statement the position of a social class. By positioning itself in speech (since there is no neutrality speech), this is done on behalf of a class,

.....
1 Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) / AGB – Seção Aracaju. E-mails: aluzcon@hotmail.com; aluz@oi.com.br

so all discourses takes the strain of an object that should be exposed by a subject in multiple subjects that represent them.

Keywords: geographical thinking, social nature of discourse, ideology, sign dialectical polyphony of speech, method.

Resumen: Este texto objetiva reflejar sobre las fronteras y delimitaciones del pensar geográfico en los diferentes discursos de las ciencias sociales. Pensar el pensamiento geográfico a partir de estructuras construidas en el contexto histórico donde prescriben las ideologías, en la configuración de las concepciones teóricas de los sujetos que discursan. El análisis propuesto ha como fundamento la teoría y método del marxismo y de la filosofía del lenguaje sostenidas en el análisis del discurso de Michael Bakhtin. Objetiva-se evaluar que todo discurso tiene una estructura polifónica estando simultáneamente en la dimensión diacrónica/sincrónica inscrito en diversos tiempos históricos, la naturaleza del enunciado es social y no individual, esta no existe fuera de un contexto social. Todo discurso ha en su enunciado la posición de una clase social. Al posicionarse en el discurso (desde que no hay neutralidad de discurso), este es hecho en nombre de una clase social, por lo tanto todo discurso asume la tensión de un objeto que debe ser expuesto por un sujeto en múltiples sujetos que lo representan.

Palabras Clave: pensamiento geográfico, naturaleza social del discurso, ideología, signo dialéctico, polifonía del discurso, método.

COMEÇANDO A TECER O DISCURSO DOS DISCURSOS

Objetiva-se, neste artigo, refletir sobre as fronteiras e delimitações do pensar geográfico nos diferentes discursos das ciências sociais. Pensar o pensamento geográfico a partir de estruturas construídas no contexto das determinações históricas e na configuração de suas concepções teóricas, que se definem a partir das categorias fundantes, dos sujeitos que discursam, e no campo das ideias, no contexto histórico em que prescrevem as ideologias, ou seja: o que e o porquê, na dimensão da contextualização dos seus pensadores.

Concordamos com Moraes (1988) que não se deve reduzir a história do pensamento geográfico à sua institucionalização, mas ao seu acervo histórico socialmente produzido. Para Moraes, os temas geográficos emergem de diferentes contextos discursivos acerca do espaço e da superfície terrestre: variedades de estilos, relatos, narrativas, fábulas, preceitos, cosmogonias, poemas e mitologias, e das representações sistemáticas e normatizadas da consciência do espaço terrestre elaboradas da realidade pela sociedade. Os discursos geográficos variam de lugar, época e sociedade em que foram gerados.

Há um consenso, entre diversos autores, de que, no século XIX, o pensamento geográfico estava associado às outras ciências sociais, e, assim como outras disciplinas, foi dominado pelo determinismo ambiental ou racial, sob os alicerces das ideologias científicas do darwinismo social, do positivismo e do neolamarckismo. A produção geográfica refletia, portanto, os problemas teóricos e metodológicos germinados e vividos na Europa, nesta época (Petroni, 1979).

Não discordamos de que, ao introduzirmos o texto no contexto, deve-se levar em conta as ideias de uma época e o dominante do pensamento de uma elite pensante, entretanto, entendemos que não se deve engessar o pensamento do autor às ideias dominantes, sem buscar no(s) seu(s) texto(s) os fios que entrelaçam as suas diferentes falas. Os textos são intrinsecamente dialógicos.

O TEXTO NO CONTEXTO – O CONTEXTO E O TEXTO

Para Bakhtin (1995), o texto é o objeto da comunicação. Sua organização e estrutura respondem a um contexto social e histórico. O texto é tecido polifonicamente por fios dialógicos de vozes, que polemizam entre si, que se complementam ou que respondem umas às outras. Segundo Fairclough (2001 *apud* Knoll, 2010), “o texto é produto, e o discurso é o processo que engloba todas as dimensões sociais (contextuais) que o produzem”. Portanto, ele é embrenhado em determinações sociais-ideológicas.

No livro *Estética da criação verbal*, Mikhail Bakhtin compreende o *enunciado do discurso como a unidade da comunicação verbal*. Conforme este autor, o contexto do discurso está relacionado com todo o contexto que o rodeia. Se, de uma forma, a sua posição, no contexto, reflete um enunciado, por outra, a época, o meio social e o micromundo possuem os seus enunciados, que servem de normas e dão o tom do discurso. A enunciação é apenas uma fração de uma corrente ininterrupta da comunicação verbal e da amplitude do contexto social. O discurso se molda sempre à forma do enunciado, que pertence a um sujeito falante (o sujeito do discurso-fala) e não pode existir fora desta forma. Suas fronteiras são delimitadas e estabelecidas conforme a intuição do querer-dizer do locutor, e são determinadas pela alternância dos sujeitos falantes (os locutores). Sua escolha depende da posição social, do tempo histórico e do relacionamento pessoal dos parceiros envolvidos na comunicação, mas também expressa a individualidade do locutor (no aspecto emocional do seu intuito discursivo).

No processo da comunicação verbal, o enunciado, seu estilo e sua composição são determinados pela relação valorativa que o locutor estabelece com o enunciado. As formas de enunciação se apoiam sobre as formas da comunicação verbal, determinadas pelas relações de produção e pela estrutura sociopolítica. Logo, a natureza do enunciado é social e não individual – é produto da interação social (Bakhtin, 1995).

Cada enunciado é um elo de uma cadeia muito complexa de outros enunciados anteriores, imanentes dele mesmo ou de outro, ao qual está vinculado por alguma relação; portanto, o locutor é também um respondente. A enunciação como réplica do diálogo social é a unidade de base da língua. Ela não existe fora de um contexto social. Cada locutor tem um horizonte social, assim, ela é de natureza social e, portanto, ideológica (Bakhtin, 1995).

Ao contrário dos estruturalistas, que fazem da língua um objeto abstrato ideal, como sistema sincrônico e homogêneo, e rejeitam as manifestações individuais (a fala), Bakhtin valorizou a fala e propôs o signo dialético, dinâmico, vivo, ao sinal inerte. Para ele, todo signo é ideológico. Para toda modificação da ideologia, há uma modificação da língua. A língua não é um sistema sincrônico abstrato, de sinais constantemente iguais a si mesmos e isolados, mas sempre mutável. A classe dominante é que tem interesse em torná-la monovalente.

Diferentemente dos estruturalistas, que compreendem as palavras no movimento do “em si”, como definidoras do sujeito, ou mesmo em contraposição à análise dos discursos e práticas de Foucault, no que se refere principalmente aos seus dois livros: *As palavras e as coisas*, e *A arqueologia do saber*, que defende a elisão do sujeito como fundamento da história, a linguagem, para Bakhtin, não existe por si mesma, mas como produto da atividade humana, o que o distingue também da leitura de Lacan que considera o sujeito servo da linguagem; ou mesmo em contraposição ao dogmatismo dos formalistas russos que separam a forma do conteúdo.

Nossa posição, neste artigo, é a de negar a teoria da *desconstrução na análise literária* ao considerarmos a realidade como uma construção social e subjetiva, interpretando o texto em estruturas de recortes (a)temporais, que se espalham em uma pluralidade de sentidos e que se fundamentam no paradigma da linguística estruturada por Ferdinand de Saussure (1994). Buscamos costurar os fios nos rastros, sem, contudo, congelar o tempo linear, mas recapitulando o entendimento de que a geografia é escrita na história.

Endossamos as afirmativas de Bakhtin (1995) de que, na análise, não se pode:

1. separar a ideologia da realidade material do signo (colocando-a no campo da “consciência” ou em qualquer outra esfera fugidia e indefinível);
2. dissociar o signo das formas concretas da comunicação social (entendendo-se que o signo faz parte de um sistema de comunicação social organizada e que não tem existência fora dele, a não ser como objeto físico);
3. dissociar a comunicação e suas formas de sua base material (infraestrutura).

Todo signo resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados, no decorrer de um processo de interação. Suas formas são, portanto, condicionadas não só pela sua organização social, como também por suas interações. O signo se constitui numa natureza viva, móvel, plurivalente.

AS PRÁTICAS IDEOLOGIZADAS NO DISCURSO DO PENSAMENTO SOCIAL

Ferdinand de Saussure² concebia a linguagem como um sistema de significação. E distinguia a fala da língua. A fala, para Saussure, era um ato individual de vontade e de inteligência. Era absolutamente individual. Por se constituir de atos individuais, tornava-se múltipla, imprevisível, irreduzível: “É na fala que se encontra o germe de todas as mudanças” (Saussure, 1994, p. 87). A fala, ao contrário da língua, por se constituir de atos individuais, tornava-se múltipla, imprevisível, irreduzível a uma pauta sistemática.

Para este autor, “a palavra” era como um “signo” (formado por conceito e som – significado e significante), com funções relacionais e inteiramente arbitrárias. O sistema linguístico era constituído por diferentes níveis de estrutura, que se combinavam e contrastavam, formando unidades de nível superior. Pela sua natureza homogênea, os fatos linguísticos sociais formavam um sistema, estabelecendo um corte entre sincronia e diacronia, considerados como dualidade opositiva.

Para Bakhtin (1995), ao se fazer o corte entre a língua e a fala, considera-se a fala na dimensão individual e assistemática, tornando o sujeito soberano, fonte do sentido. A língua se opõe à fala como o social ao individual. Como acervo linguístico, a língua é um conjunto dos hábitos linguísticos que permitem a uma pessoa compreender e fazer-se compreender. A língua é um sistema de signos distintos correspondentes a ideias distintas. Ao considerarem a língua

.....

2 A partir dos escritos de seus alunos de um curso sobre linguística geral (1907 a 1911).

uma instituição, ou melhor, uma representação do real, Ferdinand Saussure e os estruturalistas afastavam-se da história.

Na análise bakhtiana, a unidade real da língua não é uma enunciação monológica individual e isolada. Há, pelo menos, duas enunciações – ou seja, o diálogo. A estrutura da enunciação é social, só se torna efetiva entre falantes. O discurso e o contexto narrativo unem-se por relações dinâmicas, complexas e tensas (Bakhtin, 1995, p. 147-8). O sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto. De fato, há tantas significações possíveis quantos contextos possíveis. Entretanto, deve-se considerar que os contextos não estão simplesmente justapostos, indiferentes uns aos outros, mas se encontram em interação, em conflito tenso e interrupto.

Há diferenças essenciais entre enunciações de outrem, no interior de um contexto. Segundo Bakhtin (1995, p. 146), “a transmissão leva em conta uma terceira pessoa – a pessoa a quem estão sendo transmitidas as enunciações”, em articulação, conforme a época, o grupo social a que pertence e o contexto que se apresenta. Por meio do discurso, a comunicação é, ao mesmo tempo, assegurada e incerta. Pelo discurso e no discurso, as pessoas são alienadas, afastadas da sua prática, da sua criação (Lefebvre, 1966, p. 336). Para Bakhtin (1995, p. 147), “aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado da palavra, mas, ao contrário, um ser cheio de palavras interiores”. A evolução da língua é inseparável da evolução da comunicação social, de suas bases materiais. É esta que determina a estratificação da sociedade, a sua estrutura sociopolítica, fatores “que geram o lugar, o momento, as condições, as formas, os meios de comunicação verbal” (idem, p. 189).

Bakhtin contrapôs-se à análise saussureana, considerando que “a língua, no seu uso prático, é inseparável do seu conteúdo ideológico ou relativo à vida” (1995, p. 96). E afirmou: o destino da palavra é o da sociedade que fala. Não se pode dissociar o estudo da evolução da língua do “ser social que nela se refrata e das condições socioeconômicas refratantes” (idem, p. 194), pois “não é a palavra que constitui a expressão da personalidade interior, mas ao contrário, esta última constitui uma palavra contida ou interiorizada. A palavra é a expressão da comunicação social, da interação social” (idem, p. 188).

Para Lefebvre (1966, p. 331), “a práxis não dá influência e conteúdo à consciência senão através dum indivíduo que fala: que toma a palavra. A criação dum objeto, dum representação, dum ideia ou dum conceito não se realiza senão com e por meio de uma Palavra”.

O espaço interacional no texto, entre o *eu* e o *tu* ou entre o *eu* e o *outro*, é definido, por Bakhtin, por dialogismo. O dialogismo é o princípio constitutivo

da linguagem. A palavra não pertence unicamente ao falante, nenhuma palavra é nossa, “a palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros [...]”. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor.” (Bakhtin, 1995, 113). As relações dialógicas são amplas, heterogêneas e complexas.

Conforme Fiorin (1994), a ilusão da liberdade discursiva ocorre porque o discurso é individual, mas o discurso não é único, fechado sobre si mesmo. Todo discurso é social. Um discurso discursa outros discursos; é um lugar de trocas enunciativas: “Em todo discurso, são percebidas vozes (distantes, anônimas, quase impessoais, quase imperceptíveis ou próximas que ecoam simultaneamente no momento da fala)” (Fiorin, 1994, p. 35). Ou, como bem afirmou Edward Lopes,³ “o discurso é uma trapaça: ele simula ser meu para dissimular que é do outro” (*apud* Fiorin, 1994, p. 35).

As ideias, os pensamentos e as palavras configuram um conjunto que se instaura por meio de várias vozes. Não apenas um conjunto de ideias, mas um polivocalismo, um heterovocalismo, múltiplas vozes sociais urdidas na tessitura do discurso.

Pensar o pensamento geográfico, na literatura, deve ter como diretriz a leitura das categorias tempo e espaço. Embora Bakhtin (1993, p. 211) tivesse a leitura da unidade indissociável de tempo e espaço (cronotopo), para ele, o princípio condutor do cronotopo era o tempo. Ele considerava o cronotopo uma categoria conteudística-formal que mostrava, principalmente nos textos literários, a interligação das relações espaciais e temporais. Entendemos que é no cronotopo que se pode identificar o movimento das vozes. A representação literária é temporal, não há reflexo de uma época fora do curso do seu tempo. Assim, “a atualidade, tomada fora da sua relação com o passado e o futuro, perde a unicidade, decompõe-se em fenômenos e coisas isoladas, torna-se um conglomerado abstrato” (Bakhtin, 1993, p. 263).

O CRONOTOPO DOS DISCURSOS

Tomaremos dois romances como exemplos, na literatura, por apresentarem cronotopos relativamente diferenciados. Em um e noutro, nos quais o tempo é o princípio condutor, a geografia se inscreve na história e a história na geografia. Referimo-nos aos romances *Grande sertão: veredas*, de João Guimarães

.....
3 Refere-se Fiorin ao livro de Edward Lopes: *Discurso, texto e significação: uma teoria do interpretante*. São Paulo: Cultrix/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia.

Rosa, e *Os sertões*, de Euclides da Cunha. E, no gênero retórico (um híbrido), falaremos da obra de Tobias Barreto, pesquisada no meu doutorado.

A leitura de *Grande sertão: veredas* apresenta uma perspectiva linguística ideológica verbal, na qual autor e narrador se entrelaçam numa conjugação dialógica em que, num discurso direto, o autor utiliza o diálogo para permanecer “neutro” no plano linguístico. Neste plano, o autor se sente livre e dá ao narrador autonomia semântico-verbal. Bakhtin (1993, p. 120) já observara que “a linguagem do autor parece uma e comedida, direta e francamente intencional, no entanto, atrás desse plano liso e unilíngue, descobrimos uma prosa tridimensional, um prurilinguismo profundo.”

A estrutura monológica aparente é narrada a um terceiro que, de forma híbrida, neutraliza o autor. No romance homofônico ou monológico, as vozes perdem a sua imiscibilidade e as consciências se tornam dependentes da consciência una do autor. O que questiona Riobaldo de forma prosaica? As dúvidas, as incertezas, a busca da verdade fazem parte de sua narração, que se apresenta sempre incompleta. A estrutura dialógica é explícita nas séries de perguntas, e, em geral, sem respostas. O cronotopo é a unidade de representação, em *Grande sertão: veredas*.

O texto rosiano em questão reflete e refrata a intensa riqueza de metáforas, que criam a tensão dialógica e polifônica (em um aparente narrador) e que se desvelam nas veredas do Grande Sertão, revelando um lugar sertão que está em todas as partes. Sem ter a pretensão de buscar definir o gênero do discurso, nem fazer sua análise linguística, a clareza de que dispõe Guimarães Rosa, nas palavras do contador de estória, é história viva e contextualizada do sertão.

Embora a trilha que Riobaldo percorra tenha a entonação da busca da subjetividade do existir, de uma vida de sertanejo, do medo e da coragem, ao mesmo tempo, ele fala de “um grande sertão”, “um sertão sem fim”, sem delimitações de espaço e de tempo, na dialética do *ser e não querer ser – mas sendo –*, na encruzilhada, perdido nos tempos e espaços, além das veredas, num “grande sertão”. Na (in)definição de tempo e espaço, entre cronologias e topologias, o cronotopo do romance *Grande sertão: veredas* permite constatar, como afirmou Franco Moretti (*apud* Finazzi-Agró, 2001, p. 77-78),⁴ que “a geografia é reescrita como história” e “a história torna-se uma gigantesca metáfora da geografia”.

Negando o método cartesiano da precisão dos limites espacial e temporal, a dialética espacial apresentada por Guimarães Rosa está dividida de forma

.....
 4 Ettore Finazi-Agró se referiu ao livro de Franco Moretti *Opere mondo. Saggio sulla forma epica dal Faust a Cent'anni di solitudine*, Torino: Einaudi, 1994.

objetiva pelo poder: o poder do demo e dos coronéis (na imensurável subjetividade do desconhecer o conhecido, do iletrado dominado, colonizado, sujeito obediente, sem a consciência dos porquês, mas que tem a clareza do lugar vivido, percebido e concebido). Assim, sertão é lugar em um espaço infinito da produção das relações sociais, culturais:

Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador [...]. Os *gerais* corre em volta. Esses gerais são sem tamanho. Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões... O sertão está em toda parte. (Guimarães Rosa, 2001, 24).

No livro *Os sertões*, de Euclides da Cunha, diferentemente de *Grande sertão: veredas*, o sertão apresenta-se limitado, com fronteiras definidas. É o sertão representado não de forma imagética, simbólica, mas no drama real da aldeia de Canudos. A narração é direta: narrador e autor estão colocados, no plano do discurso, como um único, entretanto, a estrutura monológica aparente é narrada não de forma híbrida, neutra.

Euclides narrou o conflito (a luta de Canudos) com o olhar realista daquele que via e não queria ver. Foi obrigado, como fotógrafo da República, a comprovar o que não queria ser visto pelo poder do Estado republicano. E aclamou:

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história resistiu ao esgotamento completo (...) caiu no dia 05, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados (Cunha, 1979: 400).

Em uma linguagem viva, a tragédia é narrada em contraposição, ao que mais Euclides é identificado na academia, o positivismo cientificista: “Trouxeram depois para o litoral, onde deliravam multidões em festa, aquele crânio. Que a ciência dissesse a última palavra. Ali estavam, no relevo de circunvoluções expressivas, as linhas essenciais do crime e da loucura” (Cunha, 1979, p. 401-2).

No capítulo VII, sob o título “Duas linhas”, há uma única oração: “É que ainda não existe um Maudsley para as loucuras e os crimes das nacionalidades” (Cunha, 1979, s/n); nestas duas linhas, há uma imensurável riqueza de discursos inscritos, um polivocalismo, vozes que estão superpostas na crítica radical à

política das nacionalidades. Com tal afirmativa, porém, não se nega na sua análise, a influência do determinismo ambiental ou racial, sob os alicerces das ideologias científicas do darwinismo social, do positivismo e do neolamarckismo.

Influenciado pela concepção naturalista da história de Hipolyte Taine, Cunha enfatizou o peso do meio (terra: clima, solo e relevo) e do determinismo racial. Ainda nas notas preliminares, Euclides se referiu às sub-raças sertanejas, entretanto, neste mesmo parágrafo (na polifonia do seu discurso), denunciou o peso da civilização como moderno e responsável pela sua destruição, com o objetivo da intensa migração para o urbano, ao que se denominava “civilização”. Denunciou Euclides, na expressão de uma única palavra, o peso da tensão das múltiplas vozes na tessitura do discurso: “crime”. Nesta palavra, aparentemente, não houve representação de um significado ou significante, mas a expressão da intensidade de múltiplas vozes.

Na sua biografia sobre Euclides da Cunha, em livro publicado *post-mortem*, no qual consta um belíssimo caderno iconográfico, com fotografias tiradas pelo autor de *Os sertões*, Roberto Ventura (2003) considerou que Euclides superou o determinismo geográfico “ao transformar a natureza em personagem dramático” (2003, p. 201). E, mesmo quando discordou da leitura interpretativa da grande maioria dos autores que criticavam a visão etnocentrista de Euclides (embora concordasse com estes sobre a entonação dada por Euclides em *Canudos*), Ventura ressaltou a sua forma contraditória de observar que “o sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral.”

O texto de *Os sertões* é tenso de conteúdos ideológicos. Ao lê-lo de forma fragmentada, separando os seus capítulos (“A terra”, “O homem e a luta”, até o capítulo final, “Últimos dias”), perdem-se os fios da trama polifônica, na qual o metadiscorso deixa explícita a crítica, a política das nacionalidades e a negação das categorias, que dão sustentáculo teórico ao positivismo nos signos da modernidade, do progresso e da civilização. Como exemplos disto, escolhemos dois trechos do referido livro, a seguir: “(...) e com arrojo digno de melhores causas, batemo-los a cargas de baionetas, reeditando por nossa vez o passado, numa entrada inglória, reabrindo nas paragens infelizes as trilhas apagadas das bandeiras” e “eram, realmente, fragílimos àqueles pobres rebelados. Entretanto enviamos-lhes o legislador Comblain; e esse argumento único, incisivo, supremo e moralizador – a bala” (Cunha, 1979, p. 271 e 274, respectivamente) [grifos nossos]. A “bala”, no caso, assumiu um significado que interagiu com a palavra crime, em fios tecidos na urdidura do discurso. Seu significante foi apresentado numa fala irônica e trágica.

No metadiscorso dos dois romances, utilizando-nos da concepção de Moraes (2002-3), o sertão se singulariza pela intervenção da sociedade, como espaço a ser conquistado, incorporado à economia nacional: uma área de expansão. Como visto *in loco*, em pesquisa de campo nos sertões dos estados de Sergipe, Bahia, Alagoas e Pernambuco, os canais de irrigação, para a transposição do rio São Francisco, construídos com alta tecnologia, que cortam os sertões onde vivem as populações camponesas, em total estranhamento; porém, só há uma única certeza: nada é para seu benefício.

Ao analisar o discurso híbrido (jurídico, político, literário, filosófico) de Tobias Barreto, identificam-se nas suas falas, compreendidas no contexto das relações sociais, signos ideológicos, reflexos das estruturas sociais, marcados ideologicamente na contradição aparente entre a unicidade e a pluralidade de sua significação histórica.

Na leitura bakhtiana, o discurso retórico se diferencia do discurso literário. Pela própria natureza de sua orientação, este não é livre na sua maneira de tratar as palavras de outrem. Ou, como Barros (1994, p. 6-7) reinterpreto Bakhtin, “polifonia caracteriza um certo tipo de texto, aquele em que se deixam entrever muitas vozes, por oposição aos textos monofônicos (típico dos textos autoritários), que escondem os diálogos que os constituem”. Para reconstituí-lo, é preciso recuperar a polêmica escondida.

Com base nessas reflexões, não se pode ter uma estrita definição do discurso de Tobias Barreto. Há a presença de vários gêneros, que estão claramente visíveis em sua obra, como um todo. Pontuamos a presença singular de dois gêneros que formam, possivelmente, uma especificidade a ser estudada. O seu discurso apresenta-se em uma espécie de caráter não oficial, na perspectiva de opor-se a todas as formalidades características da razão iluminista. Ao utilizar-se das fontes populares, da literatura cômica do povo, busca ser o mais democrático possível. Seu humor satírico permite a superinterpretação dos seus escritos devido à condição de ambivalência do uso do riso (Conceição, 2001). As manifestações emotivas, valorativas da depreciação, se, de um lado, podem demonstrar atitudes grotescas, de injúria, de outro, também podem ser compreendidas a partir da concepção do riso.

Na nossa explicação, não reduzimos o discurso de Tobias Barreto a um debate entre pares, embora observemos a forte tonicidade do seu uso. Porém, não compreendemos o seu discurso como uma polêmica isolada, desde que o analisemos como uma inter-relação de enunciados. Tobias utilizava o recurso da expressividade da entonação, da inflexão do irônico por meio da paródia, com a finalidade da ridicularização. Mas seu enunciado refletia sua visão de

mundo. O uso da crítica traduzia manifestações de imagens verbais dirigidas para “um universo maior”, que era o povo. Seu desejo era mostrar a ideia, a visão do mundo, do outro, como condição negativa de pensar e mudar “a sociedade brasileira” (Conceição, 2001).

A negatividade estabelece o grau da réplica do diálogo. Ao provocar a polêmica, o locutor se põe na condição de sujeito emergente do seu próprio enunciado. Exige de si a réplica – a resposta, o esclarecimento. Provoca para ser provocado. O diálogo é a condição do aprofundamento da comunicação.

As concepções de Tobias sobre povo, nação, sociedade e Estado eram concebidas por diferentes vieses, afastando-o do pensamento homogêneo na defesa do positivismo e aproximando-o, pelo seu germanismo, da contracorrente romântica alemã.

Ao defender o germanismo, Tobias Barreto se aproximou do pensamento contrarrevolucionário do romantismo alemão, da Escola Histórica de Direito Alemã, da velha restauração da ordem, renascida da autoconsciência da alma popular, do espírito do povo. A Escola Histórica de Direito Alemã se relacionava com o pensamento político romântico, defendendo a tese de um sujeito supraindividual – o povo – como comunidade coletiva histórica. O romantismo significou uma reação às hegemonias política e cultural francesa, nos Estados alemães. Diferentes da ideia racional e voluntarista, as teses contrarrevolucionárias romperam com a tradicional identificação entre soberano e monarca e a identificaram como soberania e nação. A relação romantismo e nacionalismo fez a nação ser concebida como entidade emotiva (Conceição, 2001).

Contrapondo-se ao universal, definido no reconhecimento da superioridade da França e da Inglaterra, a proposta herderiana defendia as diferenças, o particular que se estabelecia historicamente na origem. A busca da origem permitia perceber as diferenças, valorizava, nos tempos medievais, a ausência do poder central e defendia o modelo local/universal. Defendia a formação de pequenas comunidades como condição da formação. A história era vista como um todo, dentro da qual cada particularidade se manifestava como um todo, mas que só se revelava como singularidade quando vista no todo de que fazia parte. Para Herder (1995), os povos eram dotados pela Providência na sua capacidade de escolher, de definir a satisfação dos seus desejos. A felicidade nacional era a realização dos seus objetivos. Eram as inclinações nacionais que distinguiam cada povo.

Observa-se uma forte influência herderiana na concepção das categorias geográficas região e nacional, nos discursos de Tobias Barreto. A construção ideológica de nação, na sua análise, se expressou no tempo de “longa duração”, da construção histórica do meio/lugar/município. A nação era pensada como

idealidade, realidade a ser construída como trajetória para a liberdade, afastando-se da ideia romântica que a encarava como resultado da natureza, ou da concepção rousseauriana. Defendia que a ideia liberal deveria estar acima dos interesses particulares, e a defesa da democracia como princípio único e não de grupos, princípio que deveria ser alimentado e aquecido no coração popular, pois era só do povo que ele poderia esperar o seu triunfo. Era no povo que creditava a confiança da democracia, e não nos partidos políticos e na constituição:

Diante dos princípios, todos somos pequenos e bem pequenos. Importa-nos mais saber o que pensa o homem do povo, sensato e magnânimo, sobre os negócios do país, do que saber o que dizem os empresários de política, interesseiros e fátuos. Por isso, é sobre o povo que devemos convergir o nosso estudo e atenção (Barreto, 1990a: 71).

Na opinião de Tobias, o povo era soberano, não devendo aceitar ser tutelado, mas livre, contar apenas consigo e recorrer ao seu próprio gênio; deveria desconfiar de todo o mundo, confiar apenas nele, desde o seu nascimento. Ele teria em si mesmo as causas de sua destruição.

A sua concepção humanista permitia que ele acreditasse nas suas utopias, e, com otimismo, associando a concepção de liberdade à vontade do povo, ele depositava neste último, e só nele, a sua própria redenção. Quando tudo lhe faltasse, restaria o instinto indômito. Restaria sempre o dever, o pudor, a justiça, o seu caráter. Caráter que era uma força, fonte de honradez, sinceridade, fecundador das capacidades humanas em submissão. Vontade, fé inabalável.

No Estado teológico-político alemão, a partir do romantismo, o povo se manifestava como cultura: língua, costumes, sentimentos. A nação não era posta como soberania popular, mas como “vida comum” do mesmo povo (*Volkegeist* – realidade espiritual). Povo e nação sobreviviam por intermédio de outra realidade espiritual – o Estado. O Estado nacional era a realização de uma vontade consciente de si (Conceição, 2001).

O criticismo de Tobias Barreto era uma forma de observar, refletir e colocar-se em uma posição de julgador de todos os atos. Ou, como se referiu Antônio Cândido (1989, p. 102), as suas ideias não obedeciam a um desenvolvimento linear, “mas um vaivém, retomada incessante, tensão de opostos, visão simultânea do verso e do reverso”.

A análise do discurso de Tobias, a partir da compreensão bakhtiniana, permite-nos entender o seu discurso como ideológico. As suas representações envolviam ações produzidas nos conflitos sociais.

Segundo Mikhail Bakhtin (1992), no processo da comunicação verbal, o enunciado, seu estilo e sua composição são determinados pelo objeto do sentido e pela expressividade, ou seja, pela relação valorativa que o locutor estabelece com o enunciado. As formas de enunciação se apoiam sobre as formas da comunicação verbal, determinadas pelas relações de produção e pela estrutura sociopolítica. Portanto, a natureza do enunciado é social, e não individual: é produto da interação social.

O contexto do discurso está relacionado com todo o contexto que o rodeia. Se, de uma forma, a sua posição, no contexto, reflete um enunciado, por outra, a época, o meio social e o micromundo possuem os seus enunciados, que servem de norma e dão o tom do discurso. A enunciação é apenas uma fração de uma corrente ininterrupta da comunicação verbal e da amplitude do contexto social. O discurso se molda sempre à forma do enunciado, que pertence a um sujeito falante. Suas fronteiras são delimitadas e estabelecidas conforme a intuição do querer-dizer do locutor. É esta que define a escolha do gênero do discurso.

O humor satírico de Tobias Barreto permite a superinterpretação dos seus escritos devido à condição de ambivalência do uso do riso. Embora destinada a divertir, o seu objetivo é fazer a crítica da realidade a partir da sua visão do mundo. Desta forma, explicita seu conteúdo ideológico. Mas a franqueza da fala familiar pode ser interpretada como cinismo, principalmente se esta é lançada contra dogmas que representam o poder constituído, como podemos ver, num escrito seu (“Teoria do peruísmo ou Filosofia do peru”) de 1883, no *Diário de Pernambuco*, expressando as suas ideias contra os sistemas e crenças das religiões espiritualistas (Barreto, 1990b, p. 173-5).

O efeito do uso da manifestação de uma brincadeira popular, carregada de jocosidade na figura do peru, simbolizando uma “ideia” religiosa, provocou muitas polêmicas e, inclusive, foi a maior causa para a sua condição final de relegado à mendicância. Os interesses, as esperanças, os pensamentos mais radicais do povo e a política da corte estavam sempre presentes no riso rabelaisiano. O riso era uma forma de aproximar-se do povo. O riso não recusa o sério, mas, de forma ambivalente, ele expurga da consciência a seriedade mentirosa. A sua função não deve ser a de escandalizar, mas a sua ambivalência está em purificar o ser sério – purificar “do dogmatismo, do caráter unilateral, da esclerose, do fanatismo e do espírito categórico”. (Bakhtin, 1987, p. 105). Desta forma, ele se completa e se torna universal: “o riso impede que o sério se fixe e se isole da integridade da existência cotidiana” (ibidem).

Neste sentido, os discursos de Tobias Barreto não apresentam direcionamentos revolucionários que visem a bruscas mudanças. Sem observar as con-

tradições advindas das suas próprias ideias, preso pelo limite de uma sociedade capitalista em formação, delega, nas vertentes herderiana e renaniana, a vontade como único critério legítimo de progresso. A nação é concebida como uma grande solidariedade, o consenso, o desejo expresso de continuar a vida em comum. Resulta de um agrupamento de homens de espíritos sadios e corações ardorosos que criam uma consciência moral – que se chama nação – a partir das pequenas comunidades como condição da formação: lugar como definidor do espaço nacional.

Como última referência, adentrando no presente, debrucemo-nos sobre a tese de Fabrícia Oliveira Santos. Esta autora analisou um periódico da Associação Agrícola de Sergipe, editado entre 1905 e 1908, dedicado à lavoura, ao comércio e às indústrias. Este periódico contém seções com artigos e notas relacionados aos problemas enfrentados pela classe rural sergipana: inovações técnicas e científicas relacionadas a lavouras, a taxas de exportação, a problemas com a força de trabalho, a estudos técnico-científicos para questões do meio rural, a correspondências e anúncios. A análise de Santos tem indicado que o conteúdo veiculado, nesta revista, produzia discursos sobre o campo sergipano por meio de notícias temáticas sobre o meio rural, palavras e expressões de um vocabulário que formavam uma linguagem, uma troca social, uma enunciação de outrem unida a um contexto, por relações dinâmicas, complexas e tensas, que possibilitam questionamentos sobre o porquê da publicação destas informações e em que medida elas corroboraram na produção do espaço agrário sergipano. Analisar esses discursos, mediante a leitura bakhtiniana, na dimensão de sua polifonia, permite situar o cronotopo que seu repertório apresenta em distintas formas de comunicação socioideológica, nos diferentes espaços e tempos.

Ao selecionarem-se palavras-chaves e metáforas, sem enveredar-se na tessitura da polifonia do discurso, fica-se preso às estruturas linguísticas e perde-se a pluralidade de seus significados, o que coloca o discurso na condição de reivificado. O que falta são precisamente as determinações objetivas e as mediações socio-históricas pelas quais as categorias analíticas possam adquirir suas dimensões histórica e dialética.

As palavras, deslocadas do contexto, assumem significados ideológico e apologético, ocultando os antagonismos estruturais na sociedade capitalista. A tendência é que haja uma avaliação acrítica, uma hipostasia. O homem, como ser uno, único, é o responsável pelas reivificações.

Na reflexão bakhtiana, não se deve separar a ideologia da realidade material do signo. Cada signo é um fragmento material desta realidade, portanto, a

realidade do signo é totalmente objetiva. Mas o signo não existe apenas como parte de uma realidade, estando sujeito aos critérios de avaliação ideológica. Segundo Bakhtin (1995, p. 32-33), “o domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes”.

No que pese a leitura do pensamento geográfico, sua descontextualização, em tempo linear, cronológico, impossibilita identificar o cronotopo. Identificando-se as contradições na sua unidade dialética, a análise tempo-espacial só é possível ser capturada na polifonia do discurso.

REFLEXÕES FINAIS

Neste discurso, o que buscamos é cuidar para que não se congele uma narrativa em uma visão linear, compreendida numa organização e estrutura sistêmica, e, assim, se perca a riqueza de conteúdos tecidos nos fios e rastros de uma narração polifônica. Ou, como já afirmamos, num artigo ainda não publicado (“Limites e possibilidades do pensamento geográfico: uma leitura a partir dos/nos espaços e tempos da geografia da miséria”), considerando-se que o discurso tem uma estrutura polifônica, estando simultaneamente na dimensão diacrônica/sincrônica, inscrito em diversos tempos históricos, todo discurso é denso, não há neutralidade. Todo discurso tem, no seu enunciado, a posição de uma classe social. Ao posicionar-se no discurso (desde que não haja neutralidade de discurso), este é feito em nome de uma classe social, portanto, todo discurso assume a tensão de um objeto que deve ser exposto por um sujeito em múltiplos sujeitos que o representam (de quem se fala; o que se fala; para que se fala; quem fala), cuidando-se para deixarem explícitos os planos das falas, uma vez que cada fala é carregada nos planos do poder do real e do simbólico. São vozes distintas, diferentes, opostas, na disputa semântica em que estas se apresentam, nos fios e nos rastros do verdadeiro, falso e fictício,⁵ como produtoras de discursos desiguais.

.....
5 Faço referência à leitura da representação do discurso no livro de Carlo Ginzburg: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*, tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas na ciência da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, 7ª edição. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Tradução do russo por Aurora Fornoni Bernadini, José Pereira Júnior, Augusto Góes Júnior, Helena Spryndis Nazário, Homero Freitas de Andrade. 3ª edição. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.

_____. *Estética da criação verbal*. Tradução a partir do francês por Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. *A cultura popular na Idade Média (o contexto de François Rabelais)*. Tradução de Yara Frateschi Vieira. Brasília: Hucitec/UNB, 1987.

BARRETO, Tobias. *Crítica política e social*. Brasília: INL. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 1990a.

_____. *Crítica de religião*. Rio de Janeiro: Record. Brasília: INL, 1990b.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. “Dialogismo, polifonia e enunciação”. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (orgs). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: EDUSP, p. 01-09 (Ensaio de Cultura, 7), 1994.

CÂNDIDO, Antônio de Mello e Souza. *O método crítico de Silvio Romero*. São Paulo: EDUSP, 1988.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. *Às margens do Beberibe e do Capibaribe: a crítica de Tobias Barreto nos meandros da geografia*. São Paulo: USP. Tese de doutorado (Doutorado em Geografia). 2001.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, p. 13-87, 1979.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FINAZZI-AGRÒ, Ettore. “Local, global, trivial” e o Capítulo IV “Sertão-Nação”. In: *Um lugar do tamanbo do mundo: tempos e espaços da ficção em João Guimarães Rosa*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 73-122, 2001.

FIORIN, José Luiz. “Polifonia textual e discursiva”. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (orgs). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: EDUSP, p. 29-36 (Ensaio de Cultura, 07), 1994.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução: Maria Betânia Amoroso. 6ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

KNOLL, Graziela Frainer. *Intertextualidade: o anúncio publicitário como produto de relações dialógicas*, 2010. Disponível em http://ww.reitoria.uri.br/~vivencias/Nu-mero_010/artigos/artigos_vivencias_10/113.htm Acesso em janeiro de 2013.

HERDER, Johann Gottfried. *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade: uma contribuição a muitas contribuições do século* (escrito em 1773). Lisboa: Antígona, 1995.

LEFEBVRE, Henri. *A linguagem e a sociedade*. Lisboa: Ed. Ulisseia, 1996. Tradução de José Antônio Machado do original *Le Langage et la Société*, Paris: Éditions Gallimard, 1996.

MORAES, Antônio Carlos Robert. “O sertão – um “outro” geográfico”. In: *Revista Terra Brasilis*, anos III-IV, nº 4 e 5, São Paulo, p. 11-23, 2002-2003.

_____. *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1988.

PETRONE, Pasquale. “Geografia humana”. In: FERRI, Mário; MOTOYAMA, Shozo (org). *História das ciências no Brasil*. São Paulo: EPU/Edusp, v. 3, p. 303-330, 1979.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 19ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1994.

VENTURA, Roberto. *Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.